

PERSPECTIVAS PRÁTICAS DE ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS NO ENSINO DOS CONTEÚDOS DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

PRACTICAL PERSPECTIVES OF HISTORIOGRAPHIC APPROACHES IN TEACHING THE CONTENTS OF THE SUBJECT OF HISTORY OF EDUCATION

Eliane MIMESSE¹

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar as contribuições teóricas, a partir das novas abordagens historiográficas, dos conteúdos da disciplina História da Educação. Essa é uma disciplina recorrentemente questionada em suas finalidades pelos alunos, por apresentar um caráter eminentemente teórico. Pode ser trabalhada a partir de metodologias variadas: a opção, neste caso, foi o uso de exemplos vinculados ao cotidiano e à história local. O campo da História da Educação configura-se e apresenta-se com extrema riqueza a cada nova pesquisa divulgada, portanto é necessário o incentivo às práticas pedagógicas embasadas na retomada da documentação e outras fontes referentes à história da educação, sem necessariamente fazer-se uso de um único manual. Para o desenvolvimento dessas reflexões serão utilizados exemplos práticos, aplicados no decorrer dos últimos anos em aulas ministradas no curso de licenciatura em Pedagogia, em diferentes instituições de ensino superior. Tem-se, ainda, como ação diferencial na aplicação e posterior análise dos conteúdos o resgate da história da educação brasileira a partir do regional e local.

Palavras-chave: História da Educação, Prática de Ensino.

ABSTRACT

This article aims to present the theoretical contributions, based on the new historiographic approaches, of the subject of History of Education. This subject is commonly questioned by the students for its mostly theoretical nature. However, it can be introduced through a number of different methodologies;

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: <emimesse@bol.com.br>.

in this case, the use of examples connected with everyday life and local history was the chosen form. The History of Education field has been proved to be increasingly more valuable at each published research. The encouragement to pedagogical practices based on documentation and other sources related to history of education, without necessarily using only one manual, is needed. Practical examples, applied in classes within Pedagogy major during the last few years, will be brought into use in different higher education institutions. Finally, the reintroduction of the Brazilian education history focusing local and regional aspects represents a distinctive action in the use and analysis of the contents.

Keywords: *History of Education, Teaching Practice.*

A disciplina de História da Educação é normalmente alocada nos períodos iniciais dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, e pode ser ministrada, segundo ordenação temporal, como História da Educação Geral e História da Educação Brasileira, fato constatado em várias grades curriculares do referido curso. Dentre seus objetivos, pode-se vislumbrar a pretensão de se desenvolver nos alunos capacidades de leitura, compreensão e interpretação de textos e de documentos históricos.

Os conteúdos tratados na disciplina podem ser contemplados a partir de leituras de textos efetuadas durante as aulas, podendo ser pautados por debates e indicações sobre as relações existentes entre as várias disciplinas que formam a grade curricular. Os alunos identificam essas correlações à medida que se desenrolam os conteúdos, sendo inevitáveis a referência e análise de autores clássicos para a educação, o que, nesse caso, se torna lugar comum, principalmente para algumas das disciplinas que compõem a área de Fundamentos da Educação, que são ministradas nos períodos iniciais do curso de Licenciatura em Pedagogia.

O intuito maior da disciplina História da Educação é o de tornar compreensível a realidade educacional, tanto em âmbito mundial como nacional, para que, a partir dessas relações, possibilite o vínculo dos contextos estudados. Essa disciplina centra-se em estudos e leituras de caráter teórico; conseqüentemente, remete à necessária prática analítica de leitura e escrita por parte dos alunos. As aulas, em sua maioria, tornam-se expositivas, contando com a

participação dos alunos, à medida que as explicações se sucedem. Para possibilitar o necessário debate durante as aulas, os participantes devem, a priori, efetuar a leitura de texto básico indicado para cada aula.

A História da Educação, como disciplina, sempre esteve vinculada a cursos de formação de professores, nunca alcançou um lugar junto às disciplinas consideradas de relevância. A prática pedagógica calcada na exposição dos conteúdos pode incidir como um resquício dessa secundarização da disciplina perante as outras componentes da grade curricular. Segundo Carvalho (2005):

[...] historicamente vinculada a programas institucionais de formação de professores e, por isso, fortemente radicada no campo das ciências da educação, a história da educação ocupou, até muito recentemente, nesse campo, a posição de saber subsidiário. Cabia-lhe funcionar curricularmente como espécie de vestíbulo introdutório de outros estudos, fornecendo-lhes o "contexto" ou a "origem" de uma determinada questão, a ser adequadamente estudada por especialistas de outras "ciências" da educação, tidos como mais autorizados. (CARVALHO, 2005, p.33)

A disciplina resgata, com seus conteúdos, os conhecimentos estudados em algum momento da formação acadêmica dos alunos, tais como

História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa, Literatura Geral e Brasileira, entre outras, em função dos referenciais imprescindíveis ao desenvolvimento dos conteúdos relacionados à história das instituições de ensino e de seus métodos. Desde que exista uma boa correlação de conteúdos efetuada pelo aluno a compreensão deste contexto torna-se mais acessível.

Como seria possível estudar o surgimento do método de ensino mútuo sem relacioná-lo diretamente à Revolução Industrial, segundo o contexto no qual estava inserido? Ou o que dizer a respeito dos pressupostos do ideal iluminista sem efetuarem-se referências aos clássicos da literatura universal ou aos conteúdos de história da Europa e aos pensadores dos séculos em questão?

Uma das pretensões da disciplina de História da Educação é o de elaborar a análise e verificar como ocorreu a contribuição da História para o campo educacional, e como se desenvolveu o processo histórico de surgimento, consolidação e estabelecimento da educação em determinados tempos e espaços. Esses tempos e espaços, para a história geral, localizam-se logicamente e geograficamente no hemisfério norte, mas para além destes acontecimentos, pode-se relacionar a história da escola e da educação no Brasil.

A base teórica adotada durante o desenvolvimento das aulas de história educacional brasileira atém-se, principalmente, às pesquisas atuais referentes à história local e, principalmente, a alguns países europeus que nos influenciaram de modo marcante, como a França, a Inglaterra e, em menor proporção, a Alemanha, entre outros; mas, existiram no século XX, além dessas influências, as de tendências norte-americanas.

Os dados advindos da história geral da educação são necessários à compreensão da história da educação brasileira, e possibilitam ao estudante a percepção de como essa história atua como eixo fundamental para a compreensão do contexto em que se encontra sua ação profissional. Somente a partir dos estudos e da

análise sobre os métodos de ensino, como exemplo os propostos por Jean Baptiste de La Salle, é que o aluno percebe como o desenvolvimento e a aplicação de determinadas metodologias de ensino foram perpetuados, os quais ainda permanecem em prática, como foi referendado por Luzuriaga (2001). Na verdade, o estudo do percurso da gênese dos métodos de ensino até o seu pleno domínio pelos profissionais de educação requer tempo, experiência, conhecimento aprofundado dos conteúdos e depende ainda das condições físicas para essa aplicabilidade. Nesse caso, é possível à permanência e persistência de alguns dos métodos educacionais desenvolvidos em outros tempos nas escolas brasileiras da atualidade. Deve-se levar em conta a adaptação efetuada pelos professores ao seu contexto determinado.

É nesse mesmo sentido que o discurso, atualmente em voga, sobre a necessidade de os alunos aprenderem a partir de vivências perpetua-se desde a antiguidade clássica, como explicitado por Luzuriaga (2001). Os conteúdos das várias disciplinas abordados nas salas de aulas devem vincular-se à prática vivida pelos educandos. O discurso difundido pela educação romana, quando, em contraponto à educação grega, proporcionava a observação de como os estudiosos consideravam a educação para a vida, e de como essa poderia ser mais útil do que a educação somente fundada em teorias, foi comentado por Manacorda (2002). O mesmo embate persiste através da história da educação, quando o encontramos novamente na defesa da educação iluminista e, nos discursos da educação marxista, vinculando a educação ao trabalho. A preocupação de alguns dos pensadores estudados conduz-nos às correlações dos debates e da dificuldade em colocar em prática tais conteúdos.

Na prática pedagógica, efetivamente, pode-se relacionar a pesquisa dos ideais expostos pelos intelectuais referendados em cada período histórico, efetuando-se uma análise a respeito de suas obras, acompanhada de posterior apresentação em forma de seminários pelos alunos. Esses intelectuais podem ser

selecionados segundo sua influência nos métodos de ensino e nas práticas pedagógicas por eles desenvolvidas em sua época histórica. Uma brevelistagem pode ser indicada, sendo ela composta por Roger Cousinet, Jean-Jacques Rousseau, Jean Ovide Decroly, Alexander S. Neill, Anton Semenovitch Makarenko, Celestin Freinet, Rudolf Steiner, Comenius entre outros. Normalmente são autores desconhecidos das obras didáticas em geral e dos educandos, os quais, por sua vez, não os identificam como os autores originais das idéias, apenas conhecem os pensadores atuais que as difundem. O estudo e análise da gênese das idéias pedagógicas contribuem para desmistificar alguns autores da atualidade considerados como os verdadeiros criadores de novas metodologias, quando, por sua vez, efetuam uma releitura dos textos clássicos e acrescentam sugestões para a aplicabilidade concreta desses ideais.

Ressalta-se nas ementas dos planos de ensino a importância de estudar-se a educação humanista em contraponto à educação iluminista, além de apresentarem-se as transformações políticas e sociais que envolveram o medievo e a modernidade, como indicado por Manacorda (2002). Os reflexos da educação humanista persistiram bravamente nos séculos posteriores, e foi necessária, em alguns casos, a imposição da educação iluminista. Como exemplo, tem-se a dita expulsão dos jesuítas das terras portuguesas, mas, com a ampla difusão de seus ideais, com o apoio dos intelectuais e dos literatos, publicando volumes com contos relacionados à aprendizagem desenvolvida por esse ideal educacional, conseguiu-se disseminar as benesses da educação fundada nos ideais iluministas e assim, paulatinamente, instituí-la.

Poder-se-ia crer que, após a sedimentação do iluminismo nas práticas sociais, e como consequência educacional, os métodos de ensino e as práticas cotidianas nas aulas tenderiam a modernizar-se, ou seja, a atualizar-se. Verifica-se, no decorrer do período que compreende os séculos XVII, XVIII e XIX, que outros ideais foram divulgados, inspirados pela tendência iluminista. Nesses três séculos indicados, os métodos de

ensino foram incessantemente recriados, em função dos acontecimentos históricos. Tornou-se necessário, em decorrência das mudanças sociais e políticas, vincular-se a aprendizagem diretamente ao trabalho, proporcionando a criação de salas de aulas para centenas de alunos, com vários monitores e nenhum professor, ou mesmo, a criação de escolas maternas para abrigar filhos de trabalhadores, como nos foi apresentado por Luzuriaga (2001).

No século XX, métodos de ensino europeus e norte-americanos ainda continuaram a influenciar as práticas e debates pedagógicos brasileiros. A História da Educação Brasileira assume uma nova perspectiva a partir da segunda metade do referido século, quando as pesquisas e as publicações começaram a brindar os acontecimentos e a história da educação em solo brasileiro.

Efetuando-se uma breve lembrança sobre o desenvolvimento das pesquisas em História da Educação no Brasil, deparamo-nos com os estudos de Tanuri (1998). Essa autora nos relata que foi na década de 1930 que a História da Educação passou legalmente a existir nos currículos dos cursos das Escolas Normais e nos cursos de Pedagogia. Durante décadas, os conteúdos que tratavam da História da Educação do Brasil apenas ocupavam uma parte do programa, e somente nos anos de 1960 as disciplinas foram separadas em História da Educação (Geral) e em História da Educação Brasileira.

Em decorrência do trâmite da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de n. 4.024/61, muitas críticas e comentários foram publicados sobre a educação no país. Houve, até esse período, um interesse mínimo pela pesquisa em História da Educação Brasileira, exatamente por seus conteúdos não serem enfatizados nos cursos. As informações dessa área eram pouco abordadas e difundidas, e, a partir da iniciativa de alguns pesquisadores, foram desenvolvidos trabalhos sobre levantamento de fontes.

Foi somente após a criação dos institutos de pesquisa em educação, com vários centros

de pesquisas espalhados pelas capitais dos estados e com a criação de cursos de Pedagogia no interior do país, que se pode indicar o interesse pela pesquisa em educação. Exatamente a partir da produção desses novos pesquisadores, seus estudos começaram a ser divulgados. A preocupação desses estudiosos era a de elaborar, a princípio, um levantamento das fontes impressas existentes. Assim, com essa iniciativa, surgiu o primeiro catálogo de fontes em História da Educação Brasileira, que tratava da necessidade de buscar marcos educacionais para periodizar a nossa História da Educação.

Tal catálogo, com esse novo enfoque, surgiu figurando nas produções acadêmicas publicadas durante a década de 1960, sob duas linhas: a da história das instituições e a da história das idéias. Tornou-se prática a publicação dos trabalhos e das fontes utilizadas na pesquisa, visando à contribuição aos trabalhos das pesquisas futuras. A maior parte dos estudos fazia uso de documentos oficiais, como legislação e atos do poder executivo, relatórios, discussões parlamentares, atas, estatísticas e também outros tipos de documentos, como jornais e publicações de época, livros didáticos e programas de ensino. Essa ação deu forças para que outros pesquisadores pudessem ter conhecimentos acerca da documentação existente sobre a História da Educação no Brasil, e esses levantamentos são ainda hoje utilizados. Em função da má conservação dos documentos ou mesmo de sua inexistência nos arquivos públicos, esses e outros levantamentos acabaram por contribuir com a manutenção e perpetuação do conteúdo das fontes que na época foram acessíveis aos pesquisadores.

Paralelamente a essa produção acadêmica em História da Educação Brasileira, existia a necessidade de embasar-se o estudo teoricamente, e grande parte das pesquisas na área recebeu a influência de uma obra em especial, *A Cultura Brasileira*, escrita por Fernando de Azevedo e editada em 1943. Essa obra acabou por tornar-se um marco histórico para a educação brasileira, por não existir uma “tradição sedimentada de crítica documental” (WARDE e

CARVALHO, 2000, p.24). Os pesquisadores seguiram, e muitos ainda seguem, as prescrições ditadas pela obra azevediana, sem questioná-la. As representações instituídas sobre a educação e a história da educação funcionaram como

[...] estratégias de apagamento das fundações da sua narrativa, de si e do seu lugar. Duas estratégias de maior duração são acionadas por Azevedo: a de ler o processo civilizatório brasileiro como uma luta incessante entre o velho e o novo e como marcha ascensional e apoteótica para o novo, bem como a de dar visibilidade apenas aos que, nessa luta, operam a favor da modernização da educação, purgando o político pelo técnico-pedagógico. Na obra, Azevedo cristaliza os temas, seleciona os atores, fixa as datas. [...] Esse livro que, ainda hoje, constitui-se em uma das principais obras de referência do pesquisador de História da Educação, tem funcionado como espécie de molde de enquadramento das investigações, produzindo o que podemos chamar de ‘história do preenchimento’. [...] Esse procedimento gerou um tipo de produção em que predominaram rígidos esquemas de enquadramento *a priori* do objeto investigado, o que reforçou a tendência de naturalização do campo da disciplina. (WARDE e CARVALHO, 2000, p.24)

A partir da obra de Azevedo podem-se categorizar vários dos trabalhos posteriores, desenvolvidos em função da institucionalização dos cursos de pós-graduação em educação no país na década de 1970. Tanuri (1998) argumenta sobre o objeto de estudo com maior ênfase nos estudos, a educação escolar, a partir das idéias de organização e administração escolar em diferentes momentos históricos vinculados às iniciativas do governo. A criação dos cursos de pós-graduação em educação possibilitou a ampliação das pesquisas, que, apesar da diversificação das temáticas, continuaram a incidir sobre a educação escolar e a receber as

influências da estrutura e das idéias difundidas por Azevedo.

Portanto, quando se trata da História da Educação Brasileira, especificamente, pode-se observar o processo de construção de um campo. Essa área de pesquisa percorreu uma trajetória no século XX, e, neste momento, enraíza a cada dia as suas pesquisas. Analisando-se as produções acadêmicas das décadas de 1970, 1980 e 1990, visualizam-se as diferentes formas metodológicas utilizadas para a organização dos conteúdos. É possível identificar as linhas de pesquisa desses trabalhos acadêmicos a partir das influências que receberam. A formatação difundida a partir da década de 1950, inspirada na obra *A Cultura Brasileira*, é marcada fortemente nos trabalhos da década de 1970. O grupo que se apresenta na década de 1980 mantém alguns pontos que o caracterizam, em parte, com essa influência, e outros que o apresentam como difusor de tendências nesses anos. E, por fim, os estudos que contemplam a década de 1990 e os anos que se seguem recebem as inspirações da história cultural. Essas produções são apenas alguns exemplos das possibilidades de análises de trabalhos em História da Educação Brasileira, e não se pode considerar que toda a produção acadêmica no país tenha seguido essa linha de pesquisa.

No decorrer do desenvolvimento da disciplina de História da Educação Brasileira, abordam-se os acontecimentos vinculados especificamente à educação brasileira, estudam-se pesquisas atuais, concluídas nos últimos cinco anos, provenientes de dissertações e teses e que tratam da história da educação local.

O histórico estudado, efetivamente, nas aulas sobre a escola brasileira, é composto por leituras analíticas acerca da formação escolar nos últimos quatro séculos. O período refere-se, de início, à educação colonial nos dois primeiros séculos após a chegada dos portugueses no país. Discute-se o papel da sedimentada educação jesuítica fixada no imaginário social como única, tendo-se ainda em mente os ideais de educação colonial preconizados por Azevedo, coexistindo em contraponto aos ensinamentos

ministrados pelos franciscanos, beneditinos e outros representantes das mais variadas ordens religiosas instaladas no Brasil desde o século XVI e possuidoras de estabelecimentos voltados para o ensino elementar, além da catequese, como relatado por Sangenis (2006).

No decorrer das aulas analisa-se a precariedade física das escolas públicas imperiais e republicanas, incluindo-se nesse ponto o estudo mais aprofundado da realidade das escolas públicas da província (e do posterior Estado) do Paraná, e enfoca-se, inicialmente, o desenvolvimento e a criação das escolas masculinas e femininas de Primeiras Letras na cidade de Curitiba e arredores, além do movimento constante de criação e supressão das cadeiras do ensino secundário no *Lyceo de Curytiba e na Escola Normal*. Analisa-se a difusão da educação primária, com a criação das escolas étnicas nas muitas colônias de imigrantes instaladas no final do século XIX no entorno da cidade, fazendo-se a comparação com as outras localidades do país. Verifica-se como transcorreram a criação e instalação dos Grupos Escolares paranaenses e das escolas para crianças, os chamados *Jardins de Infância*. Podem-se relacionar alguns dos outros itens enfocados nesses estudos, como:

- a) a organização e aplicação da legislação educacional, durante as décadas que compõem os séculos XIX e XX, quais os reflexos e a sua ação na prática escolar paranaense;
- b) quais foram os métodos de ensino, adaptados de outros países e instituídos nas legislações de ensino brasileiras, e normalmente não colocados plenamente em prática, que foram adaptados a nossa realidade;
- c) quais eram os materiais didáticos cotidianos utilizados nas escolas; cita-se como exemplo a transição do uso da lousa individual ao quadro-negro;
- d) como se desenvolviam a prática cotidiana no manuseio de manuais didáticos e as formas de utilização dos lápis e cadernos;
- e) quais eram as escolas públicas e privadas que visavam à alfabetização de adultos, e como se desenvolvia esse processo;

f) como ocorria a frágil educação das meninas, sendo composta por conteúdos curriculares diferenciados dos meninos;

Nesse ponto, é interessante deter-se nos detalhes que envolvem a educação feminina do início do período republicano, um tema que apresenta grande relevância aos estudantes e, por esse motivo, é explorado com maior profundidade. A educação feminina assumiu rumos diferenciados nos últimos séculos: no XIX, em decorrência dos atos morais e sociais próprios da sociedade brasileira, as mulheres, quando educadas, deveriam sê-lo para servir aos homens e para reproduzir o papel instituído pela sociedade como donas de casa e mães. O grande fluxo imigratório, decorrente da criação de núcleos coloniais na cidade e em seus arredores, proporciona o estudo dos indícios que nos remetem aos novos caminhos que seriam trilhados pelas mulheres.

As meninas, filhas dos colonos, freqüentavam as escolas públicas femininas de primeiras letras para obterem acesso ao idioma local, ou na falta desses estabelecimentos, freqüentavam as escolas privadas existentes nas próprias colônias. A tônica, nesse sentido, passa a assumir outra conotação a partir do século XX, quando um número maior de meninas passa a freqüentar as escolas, públicas e privadas. Como resultado, tem-se, com o passar dos tempos, um maior número de matrículas no curso da Escola Normal e, conseqüentemente, mais professoras primárias lecionando.

As discussões posteriores efetuadas na disciplina focalizam os debates sobre a repercussão, quando da publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, na década de 1930. Analisa-se detalhadamente esse documento, a partir do seu redator e do contexto histórico-político-social no qual se configurou. São efetuadas correlações entre as premissas por ele estabelecidas e outros acontecimentos mais atuais, sendo possível verificar-se a impossibilidade de implantação de todos os seus ditames e as contradições existentes no próprio texto, segundo leituras de textos como os de Xavier (2004), referendadas também por Carvalho (2005):

O processo de reconfiguração da historiografia educacional vem sendo acompanhado de intensa reflexão conceitual e metodológica. Vários estudos têm-se ocupado dessas questões e, por ângulos diversos, têm mapeado e efetuado a crítica de temas, objetos e procedimentos historiográficos, desencadeando ampla discussão sobre questões conceituais e metodológicas. (CARVALHO, 2005, p.36)

Os alunos, nesse momento, efetuam apresentações em forma de seminários sobre a vida acadêmica e profissional dos pioneiros, entre os quais se inserem os estudiosos paranaenses que não subscreveram o *Manifesto*, mas o apoiaram indiretamente em sua difusão, discussão e possível implantação.

Como conseqüência direta desses debates e da ruptura no contexto social pelo momento histórico existente no país, retoma-se a discussão sobre os preceitos pontuados pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, a partir da segunda metade da década de 1940. Nesse momento, passa-se a enfocar o trâmite e os anteprojetos apresentados durante os anos da década de 1950, para a redação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada no ano de 1961. Necessariamente, analisa-se a referida Lei e os acontecimentos políticos e sociais antecedentes a sua implementação, como apresentado por Hilsdorf (2005).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela ditadura militar e pelas reformas no ensino. Houve a criação de convênios de cooperação e apoio técnico entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a *Agency for International Development* dos Estados Unidos, conhecidos pelas siglas MEC-USAID. A chamada Reforma Universitária, Lei Federal de n. 5.540/68 e a Reforma do Ensino de 1º e de 2º graus, ou Lei Federal de n. 5.692/71 foram geridas em decorrência desses convênios de cooperação os quais pretendiam a reorganização do sistema educacional brasileiro, desenvolvendo a área

educacional de tal modo que ela fosse adequada ao modelo de modernização das indústrias, que requeriam mão-de-obra barata com um mínimo de qualificação. Instituiu-se o ensino profissional obrigatório nas séries do ensino médio, foram criadas as Licenciaturas Curtas e as grades curriculares inseriram obrigatoriamente as matérias de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, entre outras, como foi citado por Prado (2004).

A partir da discussão e análise desses pontos, os estudantes relacionam os acontecimentos em questão ao cotidiano escolar com que se deparam nos estágios. Podem, assim, verificar como o tempo escolar é diferente do tempo vivido, e como as mudanças sociais e políticas interferem no ambiente e na realidade da escola. Identificam, também, a manutenção e permanência de práticas e métodos de ensino criados e desenvolvidos em séculos passados, e que ainda podem ser utilizados. Retomando os objetivos da disciplina, verifica-se que os conteúdos estudados visam a que o estudante desenvolva sua percepção e análise crítica acerca do processo histórico educacional, processo que se efetiva com o decorrer dos estudos. Como retifica Carvalho (2005, p. 36): “A simples ocorrência desse tipo de reflexão é muito positiva, pois, incidindo no que vinha sendo constitutivo da fragilidade da disciplina – a não problematização de seus procedimentos e de seu objeto”.

Pretendeu-se, nas aulas de História da Educação Brasileira, entre outros objetivos, pontuar algumas das diferenças de abordagens metodológicas existentes nos trabalhos acadêmicos de pós-graduação, em função da linha de pesquisa e das fontes primárias que seguiram no momento de sua produção. Muitos trabalhos de outras épocas, exatamente pelas influências historiográficas que expressavam, tornaram-se pouco atrativos para o leitor da atualidade, adaptado a uma outra forma de estrutura textual e a um outro tipo de procedimento para a análise da documentação.

Esse breve resgate histórico e prático contribui para balizar os acontecimentos e a própria história da História da Educação Geral e

no Brasil, possibilitando aos educandos uma compreensão mais ampla das ações relacionadas à educação brasileira. Foi somente na década de 1990 e nos anos da década seguinte que novos objetos e novas fontes primárias passaram a ser revistas e contempladas nos estudos da educação brasileira. As pesquisas históricas com influência teórica da História Cultural contribuem para as novas abordagens da História da Educação.

Nesse sentido, é relevante realçar o necessário uso de fontes primárias para contribuir com o preenchimento das lacunas histórico-educacionais, ou ainda, para o desvendamento de obscuridades persistentes em nossa história da educação. A importância da pesquisa na documentação alocada nos arquivos é indescritível, falta-nos apenas o devido incentivo aos pesquisadores interessados no estudo da história da educação local.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Considerações sobre o ensino da História da Educação no Brasil. In: GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.) *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia/MG: Editora da UFU, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia S. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. Tradução de Luiz D. Penna e J. B. Damasco Penna. 19. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. (Atualidades Pedagógicas, 59)

MANACORDA, Mario A. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO, Eliane M. *As práticas dos professores de História nas escolas estaduais paulistas nas décadas de 1970 e de 1980*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SANGENIS, Luiz F. C. *Gênese do Pensamento Único em Educação: franciscanismo e jesuitismo na história da educação brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TANURI, Leonor M. *Historiografia da educação brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-graduação*. *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/Faculdade de Educação/Universida-

de Federal de Pelotas, v. 3, p.139-153, abr.1998.

WARDE, Mirian J. e CARVALHO, Marta M. Chagas de. Política e cultura na produção da História da Educação no Brasil. In: WARDE, Mirian J. (Org.) *Contemporaneidade e Educação: temas de História da Educação*. Rio de Janeiro, ano V, n.7, p.9-33, jan./jul. 2000.

XAVIER, Libânea N. O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.) *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

Recebido em 29/1/2008 e aceito para publicação em 19/3/2008.

